



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639098 - PE (2021/0004671-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : ERIKA ROBERTA ALEXANDRINO DA SILVA  
**ADVOGADO** : ERIKA ROBERTA ALEXANDRINO DA SILVA - PE052759  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : JULIO CEZAR ALVES GUIMARAES DA SILVA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : JULIO CESAR GUIMARÃES DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : PAULO GERALDO TEIXEIRA DE LIMA  
**CORRÉU** : EVELYN RODRIGUES FERREIRA  
**CORRÉU** : JOAO BERNARDO ANDRADE NETO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CEZAR ALVES GUIMARAES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Apelação Criminal n. 0000844-37.2017.8.17.1090).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 11 meses de reclusão em regime inicial semiaberto, como incurso nos arts. 14 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, na forma do art. 69 do Código Penal.

A impetrante sustenta que seria incompatível a manutenção do sentenciado no cárcere, uma vez que teria sido aplicado o regime inicial semiaberto pelo Juízo sentenciante e o agente estaria encarcerado no fechado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada/relaxada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente